

V ENCONTRO AMAZÔNICO SOBRE MULHERES E GÊNEROS – GEPEM
19 a 21 de novembro de 2019
Universidade Federal do Pará (UFPA)
Simposio temático: Gênero, Cidadania e Participação Política.

**“Outras lutas além do fogão”:
O Movimento de Mulheres da Região Guajarina-Pa, na década de 1990.**

Antonia Lenilma Meneses de Andrade – GHISCAM/UFPA¹
Luiz Augusto Pinheiro Leal – GHISCAM/UFPA²

Resumo: O espaço de atuação feminina foi, por muito tempo, limitado ao espaço doméstico, em oposição ao espaço público. O lar, a família e, em resumo, “o fogão” constituíam o único horizonte de ação para as mulheres. Contrariando essa perspectiva, especialmente pela iniciativa de mulheres oriundas do meio rural, nasceu o Movimento de Mulheres da Guajarina, na região Nordeste do Pará, nos anos de 1990, após muitas lutas e articulações em favor das questões do campo. Portanto, o objetivo deste artigo é descrever e analisar o processo de formação do Movimento de Mulheres da Guajarina, demonstrando como o mesmo se tornou um marco na organização de Lideranças femininas na região nordeste paraense. Como metodologia para o desenvolvimento da pesquisa, utilizamos a História Oral (Thompson, 2002). A pesquisa aponta o processo de ampliação da participação das mulheres em espaço de poder, como associações, partidos políticos, coordenação comunitária e liderança local (Scott, 1996).

Palavras chave: Mulher negra, Sociabilidade feminina, Gênero, Movimento Social.

“FIGHTS BEYOND THE STOVE”:
THE MOVEMENT OF BLACK WOMEN IN THE GUAJARINA-PA REGION IN THE
1990.

Abstract: The female acting space was, for a long time, limited to the domestic space, as opposed to the public space. Home, family and, in short, “the stove” constituted the only horizon of action for women. Contrary to this perspective, especially by the initiative of women from rural areas, the Guajarina Women's Movement was born in the Northeast of Pará, in the 1990s, after many struggles and articulations in favor of rural issues. Therefore, the purpose of this article is to describe and analyze the process of formation of the Guajarina Women's Movement, demonstrating how it has become a milestone in the organization of female leaders in the northeastern region of Pará. As methodology for the development of the research, we use the Oral History (Thompson, 2002). The research points to the process of increasing women's participation in power spaces, such

¹ <http://lattes.cnpq.br/5014221585367267>

² <http://lattes.cnpq.br/7967678999713659>

as associations, political parties, community coordination, and local leadership (Scott, 1996).

Keywords: Black woman, Female sociality, Gender, Social Movement.

INTRODUÇÃO

O espaço de atuação feminina foi, por muito tempo limitado ao espaço doméstico em oposição ao espaço público. O lar, a família e, em resumo, “o fogão” consistiam nos únicos meios de ação para as mulheres. Contrariando essa perspectiva, especialmente pela iniciativa de mulheres oriundas do meio rural, nasceu o Movimento de Mulheres da Guajarina, na região Nordeste do Pará, nos anos de 1990. O movimento surgiu diante de uma conjuntura opressiva no meio rural e da organização da Comissão Pastoral da Terra - CPT, que atuava junto às comunidades da região, desde o início dos anos 1960.

O movimento refletia os anseios e os esforços das mulheres do campo para se manifestar nos espaços políticos de decisões. As dificuldades eram imensas, mas não apenas em relação ao inimigo comum, o agronegócio. Internamente aos movimentos sociais, embora as mulheres estivessem sempre ao lado dos homens, na luta pela manutenção e organização dos territórios, nos momentos de decisão ou de representação, eram sempre os homens que ficavam com os cargos de visibilidade. As mulheres ficavam limitadas ao espaço privado (PATEMAN, 1992). No intuito de construir espaços para a atuação das mulheres, o movimento ergueu bases para várias reivindicações sobre a realidade vivida por mulheres dos municípios de Concórdia do Pará, Bujaru, Tailândia, Moju, Tomé-açu, Acará e Abaetetuba.

A articulação por outra forma de luta, fez com que mulheres de diversas comunidades rurais dos vários municípios da região Guajarina, se unissem, criando o Movimento de Mulheres da Guajarina, como espaço de mobilização e discursões de lutas como territorialidade, cidadania, sindicalização, educação, violência no campo e violência doméstica, religião, cuidados com a saúde da mulher e relações gênero. Portanto, o objetivo deste artigo é descrever e analisar a história de formação do Movimento de Mulheres da Guajarina, demonstrando como o mesmo se tornou um marco na organização de Lideranças femininas na região nordeste paraense. Como

metodologia para o desenvolvimento da pesquisa, utilizamos a História Oral (Thompson, 2002), visando à valorização da oralidade presente nos movimentos sociais.

Além disso, também fizemos análise de documentos escritos (folders, relatórios dos encontros, atas dos encontros e congressos) dos anos de 1997, 1998 e 1999, 2000 e 2002. O resultado desta pesquisa revela um processo de ampliação da participação das mulheres em espaços de poder, como associações, partidos políticos, coordenação comunitária e liderança local. As histórias das mulheres no Movimento de Mulheres da Guajarina, nos permite reconstruir alguns dos limites e rupturas da formação destas mulheres enquanto sujeitos sociais ativos. Suas ações repercutiram dentro de vários espaços de luta e organização social.

Alguns exemplos, de espaços de luta, são os movimentos exclusivamente de mulheres, participação em movimentos quilombolas, em associações, igrejas e na própria comunidade de origem. Tal como os movimentos sociais dos anos de 1980/90, o movimento de mulheres contribuiu para a conquista de direitos sociais novos. Segundo GONN (2003), os movimentos sociais no Brasil, nas últimas décadas, caracterizam-se por uma complexidade crescente e por uma linha de pluralidade organizativa. Dentre as inúmeras organizações, destacam-se as articulações políticas de comunidades tradicionais, tais como ribeirinhos, assentados da reforma agrária, mulheres agricultoras e quilombolas.

Esses movimentos sociais têm se consolidado fora dos marcos tradicionais do controle clientelista dos grupos dominantes. Reconhecem, no momento atual, certos desdobramentos, cujas formas de associações e lutas extrapolam ao sentido estrito de uma organização sindical e as formas de enquadramento urdidadas pelo Estado³. Possuem um caráter libertário e autogestionário em suas ações.

Os movimentos sociais do espaço rural eram ocupados majoritariamente por homens. Contudo, as lutas, além de influenciarem na redução das desigualdades entre o espaço rural e o urbano, também tiveram efeitos positivos sobre a vida do conjunto dos/as trabalhadores/as do campo e favoreceram o acesso das mulheres a direitos e a políticas públicas. Entretanto, a presença e a participação das mulheres, no movimento, só foi lentamente conquistada. Elas, com o tempo, “saíram do anonimato, do não reconhecimento como agricultoras para iniciar sua inserção nas políticas públicas governamentais” (PORTELLA, 2004)

A formação de movimentos das mulheres de forma geral, assinalou a participação das mulheres nos movimentos sociais, o que significou a entrada das mulheres num espaço tradicionalmente representado pelos homens. As mulheres agricultoras ganharam maior visibilidade no espaço social e político brasileiro, transformando-se por este modo em “sujeitos políticos no cenário nacional” (NOBRE, 2002).

³ Almeida, Alfredo Wagner Berno de. Quilombos e Novas etnias. Manaus UEA 2011.

Segundo Cintrão (2006) os movimentos de mulheres rurais da década de 1980, são ainda embrionários e limitados geograficamente, mas contribuíram nas mobilizações populares na assembleia Constituinte de 1988. Cintrão, cita, ainda que nesse período os movimentos ganharam força e se ampliaram com estímulos e o apoio de organizações de âmbito nacional como a Confederação Nacional de Trabalhadores na agricultura (CONTAG), Central única dos trabalhadores (CUT), os conselhos Estaduais de direitos das mulheres e a cooperação Internacional.

Através da Constituição de 1988, pela primeira vez foi colocada, em nível nacional, uma negociação de políticas públicas que considerava a questão das mulheres rurais. A partir de então, os movimentos de mulheres rurais ganham visibilidade e têm um impulso para a sua nacionalização. Sob influência das mobilizações da Constituinte, acontece, em 1988, o I Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG (SILVA, 2006). O encontro desencadeou a organização nacional das mulheres dentro do movimento sindical de trabalhadores rurais, permitindo grande ampliação geográfica, graças à presença de sindicatos de trabalhadores rurais em todos os estados e em grande número de municípios. A partir daí ocorreu um aumento progressivo da participação feminina nos movimentos.

Movimento de Mulheres da Guajarina: Quando mulheres se organizam

Em meados da década de 1990, se consolidou vários coletivos de mulheres na região nordeste do Estado do Pará. Mais especificamente nos municípios de Concordia do Pará, Bujaru, Tailândia, Acará, Abaetetuba e Moju. Esse movimento surgiu diante de uma conjuntura de organização da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e de ações dos sindicatos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, que atuam na região desde o início dos anos 1960. Ambos estavam preocupados em discutir as situações de violência no campo e trazer os sujeitos, mulheres e homens, para as discussões de luta pela terra e organização política.

Na época, a equipe da CPT era constituída por Padre Sergio Tonneto, Irmã Rosa Figueiredo, Irmã Adelaide, Irmã Ivódia, padre Amadeu e padre Santiago. Estes eram párocos em Bujaru⁴. Na frente sindical, contava-se com Socorro Gomes, Gaida Silva, Lucia Lima, irmã Ivódia, Cristina, (secretária da FETAGRI). Segundo Irmão Rosa Figueiredo⁵:

Os homens participavam dos Sindicatos, já tínhamos um trabalho com os jovens, clubes de mães em quase toda comunidade, então, era necessário fazer um trabalho mais político com as mulheres, já havia pressão de organismos internacionais para que isso acontecesse. No triênio que iniciou em 1990, nós tínhamos a meta,

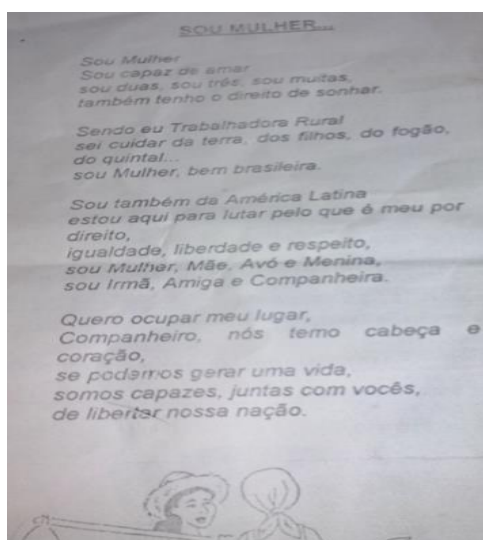
⁴ Estatuto do Movimento de Mulheres da Guajarina-1992.

⁵ Freira da Congregação Sagrado Coração de Jesus, Coordenadora geral da educação de Jovens e Adultos da Comissão Pastoral da Terra na região Guajarina.

como linha de ação organizar as mulheres da região, criar um movimento que as reunisse, mas não podia ser homens a organizar. Então quem ia começar? E foram a Socorro Lima, Gaída Silva que tomaram a frente, e foram muito importantes no processo de organização do Movimento. Foi feito uma espécie de proposta de desenho da criação do movimento. Foi identificado e mobilizado mulheres de vários municípios da região que tinham uma consciência crítica mais aprofundada. Reunimos com elas e começamos a discussão para formar uma coordenação provisória. A CPT, não atuava só no Bujaru. Era no Acará, Moju, Abaetetuba, Tailândia, já em Concórdia foi só depois(...)⁶.

Para a Irmã Rosa, então coordenadora da CPT/Guajarina, no processo de organização e participação dos trabalhadores rurais da região havia uma grande ausência das mulheres nas discussões. As mulheres ficavam em casa, cuidando da família, para que os homens pudessem participar. Considerando que as causas das lutas eram para ambos, a ausência chegava a ser grave. Nos casos em que as mulheres já se faziam presentes em vários setores, como no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, associações e cooperativas, elas tinham uma participação muito tênue, sem expressão ou voz nas tomadas de decisão e sem participação nos cargos de chefia.

Essa situação pode ser observada no texto de um folder do congresso de 1998.



Fonte: arquivo CPT. (2016).

É possível observar, na poesia da chamada do folder, uma consciência de luta, de busca por direito para todas as mulheres. É importante ressaltar que o Movimento de Mulheres da Guajarina, era um movimento composto por mulheres do espaço rural e da cidade, porém na cidade não conseguiu se firmar tanto quanto no meio rural. Também no

⁶ Excerto da entrevista com Irmã Rosa Figueiredo- CPT/Guajarina, 2016.

folder podemos notar que as lutas não estavam desconectadas dos contextos políticos que permeavam o cenário internacional na América Latina.

(...)O movimento surgiu como uma demanda regional quando as mulheres se organizavam para terem direitos à sindicalização. A CPT foi uma boa parceira nisso. Era preciso se organizar e conscientizar as mulheres do seu papel nos seus espaços⁷.

Historicamente, se observa que os movimentos sociais têm contribuído para organizar e conscientizar a sociedade, considerando os conjuntos de demandas e uma via práticas de pressão e mobilização, têm certa continuidade e permanência de ação mobilizadora. Eles não são apenas reativos, movidos somente por necessidades imediatas.

De acordo com Gohn (2006), os Movimentos Sociais são empreendimentos coletivos para estabelecer uma nova ordem de vida, eles surgem de uma inquietação social, consequência de situações de insatisfação e do desejo de novas formas e oportunidades de vida, isso também era o desejo das mulheres naquele momento; participar do movimento social, sindicatos, associação, como seus maridos, e também ter acesso a bens e serviços que melhorassem as suas condições de vida e trabalho.

As ações do Movimento de mulheres da Guajarina, propiciou um processo de inserção em espaços coletivos não institucionalizados, gerando transformações na vida pessoal e das localidades em que moram as mulheres nele inseridas. As ações decorrentes dessa organização balizam interesses, identidades e projetos de grupos específicos, da geração de trabalho e renda à formação político-social. De acordo com Gohn (2004), o Movimento possui pode ser definido como de caráter sócio-político e cultural numa conjuntura específica de relações.

A mulher pobre trabalha muito, mas não possui dinheiro. Ela é explorada pelos opressores e muitas vezes em sua própria casa. Outras vezes é explorada como empregada por outra mulher, a patroa.

É, mulher sofre mais do o homem, porque é obrigada pela necessidade trabalhar na olaria, em casa, na roça, fazendo paneiro, caeira (...). Para ajudar o marido e não ver os filhos com fome.

A mulher tem muito saber e muito valor. É importante quando o homem sabe reconhecer isso e então cuida de sua mulher com carinho. Eu acho muito bonito quando a mulher é unida com seu marido. Mas tem muitas mulheres oprimidas, desvalorizada pelo próprio marido, e não tem liberdade nem para sair de casa, de participar da Comunidade e do estudo.

O sistema capitalista e neoliberal desvaloriza a mulher de vários modos e quer que ela se cale e não lute por nada. Eles, os capitalistas, não querem que a mulher pare para pensar nos seus direitos porque têm medo que elas descubram que são exploradas e assim se organizem para lutar. E tem mulher que obedece direitinho ao SISTEMA e “se enterra” na casa, na olaria, na roça.

⁷ Irmã Rosa Figueiredo- CPT/Guajarina, 2016.

Mas um dia nós mulheres vamos conseguir o que queremos. Vamos ocupar o nosso lugar na família e na sociedade. Uma esperança de mudança é a participação em nosso Movimento e em outras organizações. É juntar com as companheiras e os companheiros para enxergar mais longe, se organizar e lutar pela vida. É ter consciência de seu saber e de seu valor. É ter coragem de sacudir as cinzas do fogão, do nosso corpo e entra de cheio no Movimento para transforma a sociedade⁸

As mulheres do Movimento da Guajarina, foram encorajadas a se posicionar, utilizar um discurso de igualdade de gênero e oportunidades, foram despertadas também para um novo tipo de ação política, questionando o seu status subordinado em razão do sexo na família, dentro da igreja e no interior dos sindicatos de esquerda em que participavam. Na origem a participação das mulheres ocorreu tanto pelo estímulo como pela vontade e necessidade de participação em um movimento específico da categoria, como observado na narrativa: "*Nasceu quando nós mulheres percebemos nossa marginalização na sociedade, na família, no sindicato e sentimos quando era necessário buscar outra luta*".⁹

Portanto, o Movimento de mulheres, surge com a finalidade de dar visibilidade às demandas específicas das mulheres, no interior do Estado do Pará, e garantir a participação delas nas decisões políticas e de direito à terra.

Quando mulheres lançam a rede: O sentido do Movimento

A questão de compreender o momento em que surge uma demanda social está localizada na leitura do contexto em que esse fato se encontra. Quando se trata do Movimento de mulheres da Guajarina, estamos nos reportando a uma questão de luta pela terra, e também estamos diante da luta pela igualdade de gênero, na qual, homens e mulheres em alguns momentos têm exercido papéis diferentes na sociedade. Nesse sentido:

Entendemos por imagens de gênero configurações das identidades masculina e feminina, produzidas social e culturalmente, que determinam em grande parte, as oportunidades e a forma de inserção de homens e mulheres no mundo do trabalho. Essas imagens são "prévias" a essa inserção, ou seja, são produzidas e reproduzidas desde as etapas iniciais da socialização dos indivíduos e estão baseados, entre outras coisas, na separação entre o privado e o público, o mundo familiar e o mundo produtivo, e na definição de uns como territórios de mulheres e outros como territórios de homens (CAPPELIN, 2000, p.130).

⁸ Antologia do círculo de Cultura- CPT/Guajarina. Círculo de Cultura da Comunidade do Cravo, Timboteua Cravo e Dona.

⁹ Depoimento de Antonina Borges retirado da Cartilha do Círculo de cultura CPT- **O POVO TEM QUE SABER** Comunidade do Cravo- 1999.

Cappelin (2000), coloca que a questão de gênero perpassa por subjetividades, englobam o social e o cultural produzindo identidades do homem e da mulher, onde homens e mulheres se localizam em suas funções desde tenra idade. Portanto, seus espaços são diferenciados. Temos em Scott (1995) dentro de suas análises o seguinte conceito:

O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único. Como elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos, o gênero implica elementos relacionados entre si. (SCOTT, 1995. P. 60)

Diante desses apontamentos, a importância de entender as relações de gênero no espaço rural se dá na perspectiva de perceber que essas relações variam de acordo com os diferentes espaços e escalas. Para Silva (2009), há diferenças entre o privado e o público significa espaços de submissão e poder. Com relação à mulher trabalhadora rural, o espaço público está mais distante de sua atuação, reservando-se ainda em muitos casos ao espaço privado. Nesses espaços temos o conceito de espaço vivido que se constitui em uma vivência cotidiana que é conceituada pelo Frémont (1980, apud MENESES E GAMA, 2012) como uma experiência de vida que não acaba, mas está em constante movimento.

O espaço vivido é uma experiência contínua. [...] O espaço vivido é um espaço movimento e um espaço-tempo vivido. [...] O espaço vivido é também, desde a mais tenra idade, um espaço social. [...]. Mais temos de constatar que, se o espaço vivido acende às conceitualizações racionais da inteligência, ao raciocínio num espaço cartesiano e euclidiano, também se revela portador de cargas mais obscuras, em que se misturam as escórias do afectivo, do mágico, do imaginário (FRÉMONT, 1980, apud. MENESES E GAMA, 2012, P. 5).

Como esclareceu Fremont (1980 apud MENESES e GAMA, 2012) o espaço vivido possui um caráter particular a cada pessoa, está também ligado ao imaginário, e ao espaço social. Ele é construído por uma série de acontecimentos, onde homens e mulheres estão posicionados de maneiras diferentes. Logo, ainda segundo este autor, no mesmo plano, o espaço vivido das mulheres distingue-se dos homens, pois o espaço é constituído por encaixes de células fechadas e solitárias umas das outras, porém cuidadosamente distinta: a cidade, a casa, o quarto etc. as mulheres vivem em espaço muito restritos quase secretos entre a casa e poucos espaços públicos.

Nesse espaço vivido, é que se encontram algumas mulheres do campo que como relata o autor, possivelmente estão localizadas em um espaço menor, no foro íntimo, na casa, quintal, na lavoura. Não obstante ela assume uma série de tarefas que lhes são

ensinadas desde muito jovens. Mesmo dentro desse contexto, algumas mulheres se destacaram com sua forma de lidar com essas diferenças, nesse caso podemos destacar as mulheres que lideraram o Movimento de Mulheres, como as mesmas lutaram renegando uma condição de não lugar por serem mulheres e camponesas. Ainda sobre as mulheres, Gohn afirma:

As mulheres estão nas redes associativas e de mobilização estruturadas em organizações não-governamentais, nas associações e bairro e associações comunitárias, em entidades assistenciais, nas organizações criadas por empresas a partir de políticas de responsabilidade social, em organizações populares que atuam junto a mediadores, como entidades articuladoras e os fóruns, nos movimentos sociais propriamente ditos e nos diversos conselhos de gestão públicas compartilhadas existentes (GOHN, 2008, p. 133).

Tem crescido de forma favorável o número de mulheres que querem sair do anonimato e protagonizar suas conquistas, elas estão em diversos espaços. Tem mostrado sua força e capacidade de liderança nos processos decisórios. Seja como líder sindical, como ministra ou presidente da república, as mulheres de um modo geral estão saindo da invisibilidade.

Ações do movimento: momento de semear

Os Movimentos de Mulheres trabalhadoras rurais no cenário nacional são recentes, o marco histórico acontece a partir da década de 1980, conhecida como a Década da Mulher. Os primeiros movimentos específicos de mulheres rurais datam do início dos anos 1980, muitos deles foram motivados ou nasceram nos espaços da Igreja Católica Progressista, outros pelos movimentos sindicais e por partidos políticos. Esses movimentos tiveram visibilidade a partir das realizações de encontros, congressos, passeatas, caminhadas e marchas.

Um dos eventos aconteceu em 1982 no Rio Grande do Sul, que foi o 1º Congresso da Mulher Camponesa, em 1983 o 1º Encontro de Líderes Trabalhadoras, celebração do dia 08 de março em 1984, que reuniu mais de mil trabalhadoras rurais e, em 1985, o 1º Estadual de Trabalhadoras Rurais com a participação de mais de 10 mil mulheres. E mais caminhadas rumo a Brasília que eram as mobilizações para a constituinte, registramos a Caminhada das Mulheres da Roça em 1986. Na Região Nordeste foi realizado dois grandes eventos, um em 1984 no Estado de Pernambuco, que foi o 1º de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco e, em 1986, o 1º Encontro das Trabalhadoras Rurais da Paraíba. (MENESES e GUSMÃO, 2012).

Esses processos regionais, foram decisivos para a criação de dois grandes movimentos: Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste-MMTR-NE, fundado em 1986 e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul – MMTR-RS,

fundado em 1989 e fomentar os movimentos menores que se consolidavam no Norte, estado do Pará, como Movimento de Mulheres da Guajarina.

As questões de pauta da luta das mulheres nesses movimentos, passavam primeiramente pelo reconhecimento da profissão como agricultora, para que constassem em seus documentos que eram trabalhadoras rurais ou agricultoras (e não como doméstica ou dona de casa). A luta por direitos sociais, em especial a aposentadoria e o salário maternidade; o direito de sindicalização e as questões da saúde da mulher. Ainda nessa década, foram feitas as primeiras reivindicações, como a titulação da terra em nome do casal, ou em nome da mulher chefe de família, e o direito das mulheres solteiras ou chefes de famílias serem beneficiárias da Reforma Agrária.

Na Constituição de 1988, as mulheres rurais tiveram duas importantes conquistas: a menção explícita ao direito das mulheres a terra, e sua inclusão como beneficiárias da previdência social, com direito à aposentadoria, à licença-saúde e à licença-maternidade, tudo isso na condição de seguradas especiais. E para implantação como política pública para esse segmento, são necessárias outras mobilizações e a ampliação de outros movimentos do campo. (MENESES e GUSMÃO, 2012).

Nos últimos anos de 1990, podemos considerar que foi o período que as mulheres rurais aparecerem publicamente como *produtoras rurais* propriamente ditas. Agora já reivindicando o direito de serem beneficiárias de políticas produtivas, e exigindo tratamento diferenciado por parte da sociedade e do Estado.

Os congressos como espaço de organização e coletivização das lutas.

Nos anos de 1996, 1998, 2000, 2001, 2003, 2006, 2007, 2011 foram realizados congressos, onde reuniram-se todos os municípios que fazem parte da Guajarina. Nesses congressos focalizou-se questões estruturais e conjunturais e aquelas específicas das trabalhadoras do campo, todas buscando a superação da pobreza e da violência no campo, o desenvolvimento sustentável, a igualdade de gênero assim como um reforço a identidade de mulheres rurais (CPT, 2012).

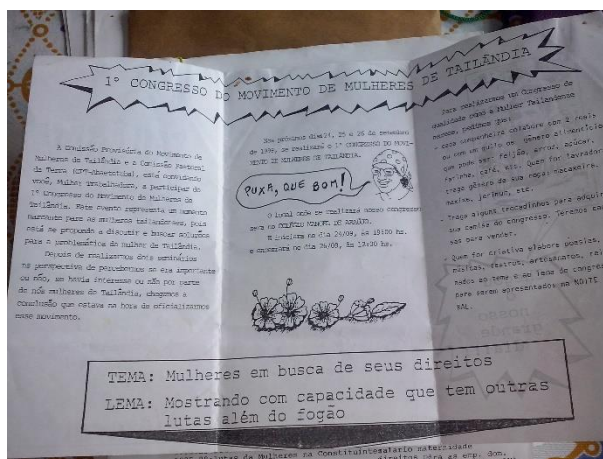
Organizadas por um conjunto de ações coordenadas pela Comissão Pastoral da Terra. Paralelamente, avançaram também no aprofundamento da discussão das relações de gênero e do seu papel dentro das famílias e na sociedade, reivindicando mudanças na divisão sexual do trabalho, questionando sua falta de poder dentro de casa e denunciando a violência de doméstica (SILIPRANDI, 2008).

Em março de 1996 ocorreu em Mãe do Rio primeiro Congresso regional, nele foram definidas as diretrizes do Movimento as estratégias, considerando que a maioria das mulheres pertencia. Segundo o relatório da CPT, a uma classe trabalhadora oprimida que

vivia do suor do trabalho, acreditavam de verdade que as mulheres têm importância na sociedade, que só elas podem assumir (CPT, 1996). Também foram definidos os objetivos que norteariam a vida do movimento, dentre os quais a libertação das mulheres, violência contra a mulher e luta pela terra.

Outro congresso regional, ocorreu em 1999 em Abaetetuba/PA, entre os dias 11 e 14 de novembro. Esse congresso tinha como objetivo reunir todos os municípios que fazem parte do movimento de mulheres na região da Guajarina participou Concórdia do Pará, Moju, Abaetetuba, Acará, Barcarena, Tomé- Açu e Tailândia. *O tema: Mulher: Uma força construindo o Brasil*, objetivos principal era apontar a importância das mulheres rurais na construção da nação brasileira.

Em 2000, ocorreu um novo encontro de formação, dessa vez na cidade de Tailândia. Com o tema central “Mulheres em busca de direitos” e o lema “Mostrando com capacidade que tem outras lutas além do fogão”, que nomeia esse artigo. Nesse encontro a pauta estava em torno da oficialização do movimento. Bem como trazer mais mulheres para o movimento.



Fonte: arquivo CPT. (2016)

Em 2001, foi a vez da cidade de Acará sediar o congresso de mulheres. Nesse congresso o tema era “mulher resgatando nossas lutas, nossa história”¹⁰. Nesse congresso contou com a presença de representantes da CPT, Padre Sergio Tonetto, Maria do Socorro Lima, coordenadora do Movimento de Mulheres Transformadoras do Campo e da cidade (MMTCCB), Antonina Borges, Coordenadora do Movimento de mulheres do campo e da cidade Concórdia do Pará (MMCC), Lucimar do Socorro Costa, (representante da articulação de Mulheres rurais da Guajarina), Raimundo Francisco (representante do sindicato dos

¹⁰Relatório do Congresso de Mulheres no Acara. 2001.

trabalhadores rurais de Acará), Raimundo Lucas e Claudio (representantes do Partido dos trabalhadores) e o vereador, Eduardo Lima¹¹.

Nesse congresso, foi feita uma retrospectiva da história da mulher nos movimentos sócias e políticos. Alguns dos temas abordados diziam respeito as ações doo movimento feminista no século XX.

No que se refere à violência, esse foi um tema especial nos três congressos de mulheres de 2000, 2003 e 2007. Seguindo ainda a temática da violência, via-se nos movimentos uma preocupação especial, por causa das condições em que as mulheres agredidas ficam, sem nenhum acesso aos equipamentos públicos que possibilitem a elas ter algum tipo de ajuda. Assim, nesses três últimos congressos, a pautas estavam direcionadas a formação e informação sobre a lei Maria da Penha.¹² (CINTRÃO e SILIPRANDI, 2011).

Depois do primeiro congresso aconteceram os de 2003 contou com a presença de 2500 mulheres, em 2006 com mais de 300 mulheres e por último em 2011 com cerca de 500. Nesses congressos municipais e regionais, as trabalhadoras rurais apresentaram todas suas pautas de reivindicações, de todos os municípios e comunidades da região Guajarina, microrregião de Tomé-Açu/PA que, futuramente, serviam para se transformar ou se efetivar como política pública, Estadual ou municipal.

Os Congressos que aconteceram tiveram um forte caráter de denúncia, porém, as trabalhadoras rurais também apresentaram uma pauta de reivindicações para negociação com o governo. Grande parte dessas reivindicações voltou a integrar a pauta dos congressos seguintes, realizadas nos anos 2006 e 2011. Atualmente, as mulheres do Movimento da Guajarina, estão em diversos setores e podem contabilizar algumas conquistas. Contudo, ainda se percebe que elas não foram suficientes para acabar totalmente com as desigualdades de gênero. Algumas dessas conquistas já estão dando seus frutos e mudando a realidade de várias mulheres na região. Abaixo, seguem algumas delas:

- ✓ Documentação civil e trabalhista para todas as mulheres rurais
- ✓ Acesso à terra, apoio às mulheres assentadas e políticas de apoio a produção na agricultura familiar através das Emates;
- ✓ Inserção de todas as mulheres da Guajarina no Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural – PNDTR.
- ✓ Apoio ao protagonismo das mulheres trabalhadoras nos territórios rurais;
- ✓ Criação do Conselho Municipal de Mulheres;
- ✓ A sindicalização de 98% das mulheres do meio rural;

¹¹ Relatório do III congresso de mulheres no Acará,2001.

¹² Em vigor desde o dia 22 de setembro de 2006, a Lei Maria da Penha dá cumprimento à Convenção para Prevenir, Punir, e Erradicar a Violência contra a Mulher, a Convenção de Belém do Pará, da Organização dos Estados Americanos (OEA), ratificada pelo Brasil em 1994, e à Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Cedaw), da Organização das Nações Unidas (ONU).

Tendo em conta o rompimento e conquistas advindas da organização das mulheres rurais na região nordeste do Pará, podemos dizer, que reconhecidamente, o movimento de Mulheres Transformadoras do Campo, vem contribuindo como um instrumento na luta para a conquista de direitos que lhes foram negados historicamente.

Conclusão

O Movimento de Mulheres da Guajarina pode ser analisado como marco na fomentação de lideranças femininas na região, forjando a base de sustentação para a participação efetiva das mulheres frente aos espaços de decisões e concretização de conquistas sociais. As histórias dessas mulheres, nos permitem reconstruir alguns dos limites e rupturas no tempo histórico e sua formação em enquanto sujeitos sociais ativos, que envolve suas ações dentro de vários espaços, sejam no movimento somente de mulheres, ou movimento quilombola, associações, igreja e na própria comunidade.

O Movimento de Mulheres do Campo e da cidade, representou acima de tudo um desejo de mudança das condições de milhares de trabalhadoras rurais da Microrregião de Tomé-Açu (Região Guajarina). Assim, ficou como uma semente plantada para o futuro. Representa o desejo de muitas mulheres que querem ver uma sociedade mais justa, para ambos os gêneros. O processo de luta ainda continua, pois em muitos espaços a violência contra as mulheres rurais ocorre com frequência. Espaços que, considerando a trajetória do Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade, vão, sem dúvida, “muito além do fogão”.

REFERÊNCIAS

CAPPELIN, Paola; DELGADO, Didice; SOARES, Vera (Org.). **Mulher e trabalho: experiências de ação afirmativa**. São Paulo: Boitempo, 2000.

CINTRÃO, Rosângela. SILIPRANDI, Emma. O progresso das mulheres rurais. In: BARSTED, Leila Linhares; PINTANGUY, Jacqueline. (Orgs.). **O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPIA: Brasília: ONU Mulheres, 2011.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar*, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Editora UFPR. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n24/n24a11.pdf>.

FRÉMONT, Armand. **A região, espaço vivido**. Trad. Antônio Gonçalves. Reivão & Antônio G. Mendes. Coimbra: Livraria Almeida, 1980.

GOHN, M. da G. (Org). **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis: Vozes, 2008.

MENEZES, Elisângela Ferreira e GAMA, Andrea Nogueira, **A busca pela visibilidade: A Marcha das Margaridas e a trajetória de conquistas para mulheres rurais. Anais do V NEER, UFMT, 2012. Site. www.geografia.ufmt.br/.../eixo%20GT2%20artigo%20.**

SCOTT, J. W. "Gender: A Useful Category of Historical Analysis". **The American Historical Review**, vol. 91, nº 5. (Dec. 1986), pp. 1053-1075. Original inglês disponível em JSTOR: <<http://www.jstor.org/stable/1864376>.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília, 2009.

SILVA, Maria Evaneide Pantoja. **Socialização de Agricultoras do Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense, 2008 (Dissertação de mestrado)**.

SILVA, Fabiane Ferreira; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Diferenças de gênero no campo da Ciência: um ensaio de análise sobre a presença feminina no CNPQ. In: **VIII Seminário Internacional Fazendo Gênero: corpo, violência e poder**. Florianópolis: Mulher, 2008.

THOMPSON, Paul. A voz do passado. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1992.